

## **Por terras de sol e de dor – Traços de permanências e continuidades espaciais do sistema de lugares do vale do Douro, na contemporaneidade**

Mário João Mesquita\*

A apresentação desta comunicação contextualiza e circunstancia um extenso trabalho de análise do território realizado desde 2007, através do qual se visa questionar a fragilidade objectiva da geometria associada ao zonamento da área nomeada pela consigna “Douro – Património da Humanidade”, na categoria de paisagem cultural. Apoiado pelo Centro Português de Fotografia e pela Fundação Museu do Douro – consubstanciado pelo acolhimento na sua programação das exposições entretanto realizadas – insere-se num projecto pessoal de pesquisa e investigação do território duriense.

Mais se acrescenta que este projecto, ampliado e aprofundado na sua especificidade, constitui a base duma fase posterior de investigação, pós doutoramento.

\*

A paisagem duriense, circunstanciada ao vale do Douro, ultrapassa, no meu entendimento, a delimitação consagrada na área abrangida pelo galardão internacional tal como equacionada na candidatura aprovada pela UNESCO (ICOMOS: 2001) e padeceu com o processo de grande transformação que triunfou em quase toda a Europa nos anos trinta do século passado (Polanyi: 2012 [1944]).

Esta área protegida *peca* pelo *amarramento* excessivo a lógicas rígidas de zonamento, excluindo vastas paisagens que, pelos importantes factores comuns partilhados, nela deveriam estar integradas. O perigoso e cristalizador traçado “a régua e esquadro”, embora *desenhando* cenários turisticamente apetecíveis para quem navega nos cruzeiros, falha num objectivo fulcral: a preservação, salvaguarda e regulação de uma região de paisagem plural, onde, num tempo longo, conviveram as partes, e se inventou um todo unitário, forte e coeso. A geometria do traçado actual desta área protegida resulta somente cenográfica, restringindo a composição da paisagem aos primeiros planos, observáveis do rio, ou seja, apenas às margens do território que lhes são adjacentes.

A afirmação do Douro como região social, económica e cultural ganharia espessura e conteúdo, se o processo de ordenamento do território e de delimitação da paisagem fosse *desenhado* em forma de “mancha de óleo”, de geometria variável, de

---

\* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

dinâmicas flexíveis, associado à leitura da matriz de implantação dos aglomerados populacionais – maioritariamente aldeias – e aos percursos entre eles, os quais, conjugados com as paisagens natural e mecanizada, definem um território contínuo, com traços comuns no troço português do rio. É, de facto, um território martirizado pela fúria galopante da litoralização, que lhe foi roubando gente, desestruturando comunidades e ameaçando a imagem da paisagem, mas, paradoxalmente, é também um património cultural que vai sabendo temperar a resistência, por entre rupturas e continuidades (Andresen: 2012) (Estrutura de Missão do Douro: 2013).

O processo associado a esta investigação é, sobretudo, devedor de métodos de observação qualitativa e tem como base de trabalho o inquérito no terreno e o levantamento iconográfico (no caso, fotográfico), de matriz realista, sem filtros ou manipulações visuais, que visita e regista a condição e as circunstâncias contemporâneas, tentando dar leitura à expressão tectónica e plástica, territorial e social do sistema de Lugares deste território, unidos por fortes traços de identidade comuns, diversos nas múltiplas texturas, materiais e cromatismos. Realizado a partir do estudo da cartografia histórica, da análise antropológica e do registo fotográfico da imagem das aldeias, retrata-nos um processo declarado de abandono e perda cultural gritante que urge inverter, nessa geografia das aldeias que se relacionam física ou economicamente com o Douro, desde Freixo-de-Espada-à-Cinta até ao Porto, *falandonos* de percursos, de espaços, de construções e de gentes.

A proposta reflexão teórica sublinha a importância da valorização patrimonial das permanências tectónicas de carácter popular presentes neste território. Utilizando a fotografia como técnica qualitativa de análise do real (Wells: 2001), visa a compreensão das singularidades e dos conjuntos identitários deste património material e imaterial.

## **1. Do projecto**

O território actual do vale do Douro, para além da sua hidrografia e orografia (Pina: 2007), traduz um processo progressivo de invenção da imagem que, desde os primeiros assentamentos humanos e da sua intervenção transformadora na região, apesar de aparentes períodos de estagnação, conserva, na sua estrutura genética, a combinação de elementos dinâmicos tanto de matriz própria como de indução externa.

O objectivo deste projecto, como enunciado na introdução, visa, a partir da recolha e tratamento da informação iconográfica, formular um plano estratégico de intervenção regional que permita, de uma forma sustentada, enquadrar as unidades básicas de transformação da paisagem construída – os cheios e os vazios – que se consubstanciam no binómio propriedade/edificação e caminho. Essa equação de

permanências e rupturas, possível pela observação e interpretação da paisagem através de processos analíticos fundados em levantamentos fotográficos de carácter extensivo e intensivo, conjuga os factores quantitativos e qualitativos inerentes a cada Lugar e ao seu conjunto, os quais representam um sistema integrado na paisagem desta região de Portugal continental.

A metodologia adoptada – cruzando várias fontes de informação e tirando partido da transversalidade e da aproximação intelectual de várias disciplinas das Ciências Humanas e da Arte – suporta o processo de projecto do documento estratégico que se espera realizar. Assim sendo, as produções artísticas que se vão realizando são o meio, o veículo e não o fim – são, antes do mais, os instrumentos do processo de projecto, analíticos por definição, condutores para a síntese teórica de conteúdos que se pretende atingir.

Contudo, não deixam de constituir a escrita de uma narrativa aberta. E porquê aberta? Por se admitir que o processo de construção da imagem dos espaços – e deste espaço em particular – não é fechado nem estanque – bem pelo contrário, é permeável à regra, normativa, legislação, condicionante, mas também ao acaso, ao imponderável e ao imprevisto.

\*

Considerando as semelhanças e as diferenças, as permanências e as rupturas morfológicas, construtivas e arquitectónicas, defende-se que os Lugares dos concelhos do vale do Douro pertencem a uma mesma paisagem, e que revelam a potencialidade da constituição de um todo unitário, apesar *de* e mantendo *as* suas diversidades e especificidades.

Como já se afirmou, é urgente a definição de uma estratégia sustentada de desenho do território do vale do Douro. Argumentando com a análise do processo histórico de formação e expansão deste tecido territorial – que foi capaz de criar relações entre as populações e os povoados, ultrapassando sempre as barreiras administrativas (já o mesmo não se poderá dizer das barreiras geográficas e morfológicas) –, ainda podemos constatar a forte implantação de um sistema de lugares inter-relacionados, formando uma “mancha de óleo”, flexível, dinâmica na sua geração, de geometria variável, contornando a rigidez da esquadria da organização político-administrativa do território, diluindo as suas fronteiras, criando proximidade ou afastamento de acordo com factores locais e regionais.

\*

Partindo da premissa da importância das redes na estruturação do território, admite-se que o seu estudo e a sua consideração se tornam essenciais no *desenho* de uma estratégia regional. No campo da organização e do desenvolvimento do espaço, particular ao caso português, as formas de ocupação e de colonização territorial foram preponderantes quando incluíram as variantes regionais e locais na sua equação. No entanto, a acção do Estado, centralista e unívoco por formação e deformação, sempre encontrou modos de desestruturar a iniciativa local de apropriação e gestão do espaço de uso colectivo. Todavia, raras vezes atingiu o seu propósito pois sempre viu impedida a consequência dos processos de decisão quando confrontada com o regime de propriedade e o cadastro do solo.

Os últimos cento e cinquenta anos conduziram o vale do Douro a um *adormecimento* por *asfixia* e esse “País Vinhateiro”, traduzido por *Forrester* nos seus mapas, acabou por resistir mal ao poder centralista de Lisboa e à contingência dos processos de migração e de emigração, assistindo ao sublinhar da imagem de desestruturação territorial e espacial visível na contemporaneidade.

O modelo de ocupação territorial português falhou.

No entanto, persiste a nostalgia de espaços imaginários, de imagens construídas que não correspondem à realidade do espaço do Douro, mas sim ao imaginário romântico construído em volta dela, característico de uma atitude de defesa de determinados valores da portugalidade (Sobral: 2012). Inventados ao longo de um tempo longo, tiveram um protagonismo político e função simbólica especial quando, determinados pelas hostes dirigentes do Estado Novo, foram o sustentáculo da reinvenção de valores e tradições que souberam durar (Rosas: 2012). Este processo, merecidamente atribuído ao SPN e ao SNI e ao consulado de António Ferro, definiu uma certa construção colectiva da imagem do “País Vinhateiro”, estática e conservadora.

\*

Portugal é um país pequeno? (Sanches: 2006) Se se pensar que sim, se se efectuar uma avaliação exclusivamente quantitativa das distâncias espaciais, o que são pouco mais de duas centenas de quilómetros entre o Porto e Freixo-de-Espada-à-Cinta?

Portugal é um país pequeno de “grandes distâncias” entre os lugares que o constituem.

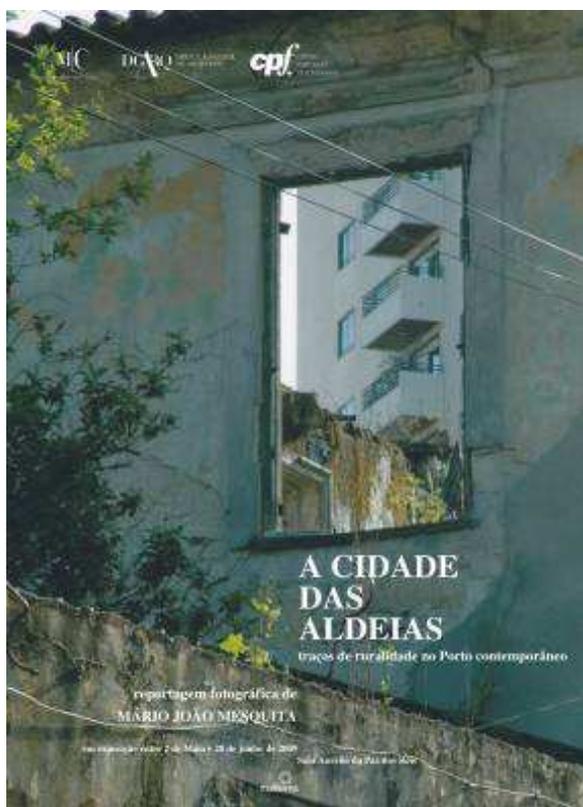
O território do “país pequeno do vale do Douro” encontra-se em processo natural de envelhecimento, tal como as pessoas e os lugares que o conformam. Como todos os processos de envelhecimento, resulta numa contracção e numa retracção da sua estrutura, revelando as fragilidades do seu processo de estruturação.

Neste cenário torna-se urgente a reinvenção da paisagem e da sua imagem. Contudo, como não mais parecem ser sustentáveis as ideias contrastantes de preservação/ musealização e de transformação/substituição de feição casuística, ao projecto em curso permite-se ser um contributo para uma alteração de paradigma de abordagem do território.

O processo regista as estruturas de paisagem humanizada existentes, no que concerne aos traços de semelhança e aos factores de diferenciação que lhe são mais característicos e admite, como já referido, que o modelo de colonização do território português, também aqui falhou. No entanto, considerando o conjunto do vale e do sistema dos seus lugares, reconhece-se, ainda que ténue, a existência de um sistema regional com potencialidades de auto-sustentação e auto-regulação, com espaço económico e sociológico comum, capaz de se assumir como projecto pioneiro da propalada descentralização do Estado, enunciada por várias gerações desde o triunfo do Liberalismo, em 1834.

## 2. Do processo

O projecto em curso (Mesquita: 2013) assenta e amplia, no seu desenvolvimento, dois processos que decorrem em simultâneo e que são complementares nos objectivos.



**Cartazes da exposição no CPF e no Museu do Douro**

**“A Cidade das Aldeias – Traços de ruralidade no Porto contemporâneo”** (Mesquita: 2009) é uma reportagem fotográfica e vídeo que visa possibilitar a leitura do que subsiste dos antigos Lugares da cidade do Porto e dos caminhos entre eles, registando e divulgando o que ainda hoje se pode observar, revelador de uma forma de assentamento e formação de território, de construção e de vivência de uma outra cidade, *a cidade das aldeias*, que corre o sério risco de ser literalmente *engolida pela velocidade desenfreada* dos dias em que vivemos, resultado das dinâmicas de desestruturação urbana e social que, infelizmente, vão esquecendo estes espaços, os conjuntos edificados e, sobretudo, as suas gentes.

Comparando a Carta da Cidade do Porto – desenhada sob a direcção de Augusto Telles Ferreira e impressa no ano de 1892 – com a cidade actual verifica-se a subsistência de uma subestrutura rural que, à época do desenho desse mapa, constituía uma rede de caminhos e lugares exteriores ao centro urbano em processo de consolidação.

Esses lugares, aquando da delimitação administrativa da cidade ocorrida no final do século XIX, seriam integrados no perímetro urbano, ficando a *Estrada de Circunvalação* como linha de fronteira (última “muralha” portuense, de matriz fiscal e territorial) da nova cidade que acolhia lugares e freguesias (Paranhos, Ramalde, Aldoar), incorporava áreas de freguesias vizinhas (Rio Tinto e Bouças) e deixava de fora alguns povoados, que, embora concelhios, sempre foram *exteriores* ao território que se havia circunvalado (Tronco, em Paranhos, Azevedo e S. Pedro, em Campanhã).

Decorrente do estudo da imagem fotográfica, tem-se publicado essa *outra* cidade que abrange, na geografia do Porto, núcleos como Pinheiro, S. Pedro, Azevedo de Campanha, Areias, Contumil, Pego Negro, Granja, Vila Cova, Campo, Aldeia Nova do Monte, Fojo, Águas Férreas, Outeiro do Tine, Aval de Baixo, Ramalde do Meio, Vilanova de Cima, Furamontes, Ribeirinho, Campinas, Arrábida, Olivais, entre muitos outros lugares, tentando retirar percursos, espaços, construções e gentes das margens do esquecimento, onde impera um sentimento de *viver periférico*.

A alteração de paradigma destes espaços, rumo a uma realidade descentralizada, assente em contínuos de território, *redes* e *canais*, (Portas: 2007) sensível às suas dinâmicas, capazes de esbater as impressões de *dentro* e *fora*, contribuindo para minimizar a sensação de *centro* e *periferia*, nos planos físico e tectónico, das mentalidades e dos sentimentos, poderá ajudar na consolidação e na dotação de espessura humana ao tecido urbano, num processo de inclusão das suas especificidades e identidades.

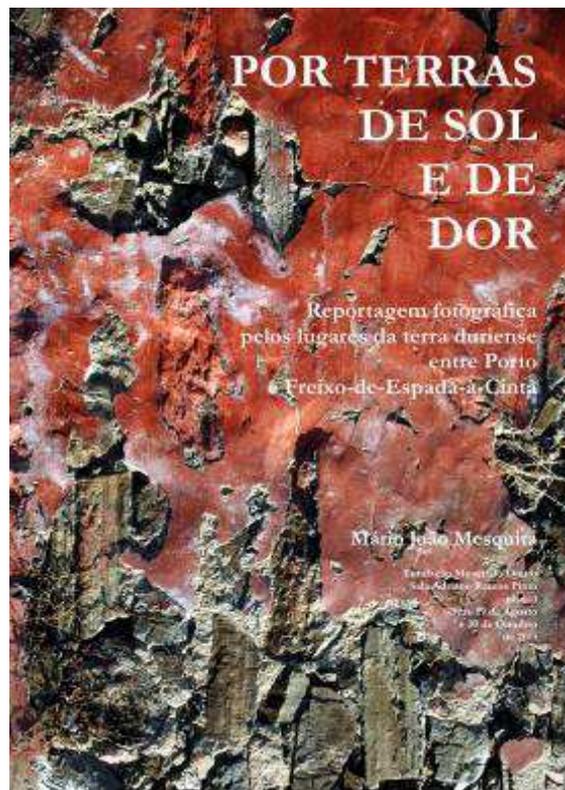
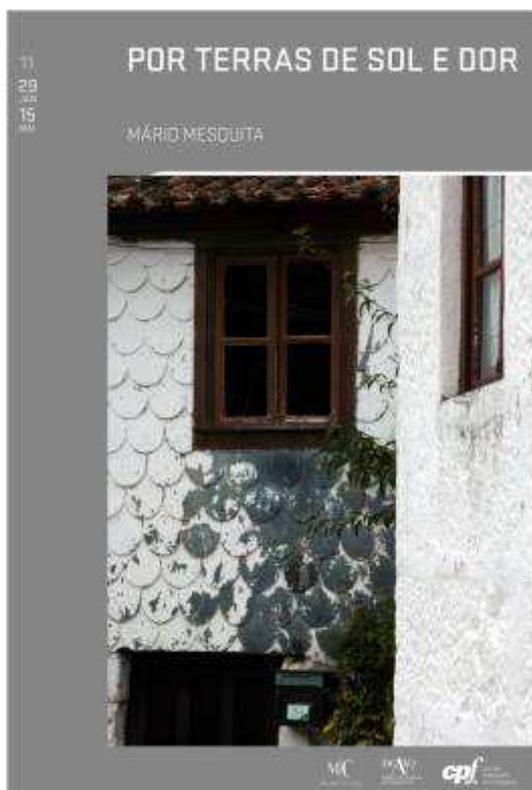
Esta leitura do espaço – considerando o nível das suas redes fundamentais, das articulações e das sobreposições entre o espaço dos Lugares e das suas ligações –

enriquece o processo deste projecto, introduzindo na sua concepção uma lógica de ordenamento que contribua para a diluição dos conflitos próprios das barreiras artificiais de feição administrativa impostas, e criando a retaguarda para a convergência entre as noções de ampliação da cidadania e de gestão participada dos territórios pelas populações, em busca de um espaço inclusivo, no âmbito de um tecido forte e coeso.

O trabalho de campo indexado a este projecto – analítico, de recolha e de fixação de imagens e ambientes – tem-se formalizado, sistemática e ciclicamente, em documentos visuais/sínteses de função expositiva.

Esses registos fotográficos desafiam a ideia da *metropolitanidade* e sublinham o carácter de continuidade do território portuense, estendido à área de influência social e económica, num modelo que podemos chamar de *rur-urbanidade* (Portas: 2007).

\*



### Cartazes da exposição no CPF e no Museu do Douro

“**Por Terras de Sol e de Dor**” (Mesquita: 2011) é o projecto que prossegue e complementa “A cidade das Aldeias”. Ambos remetem para o estudo e a consideração do Porto e da sua região, ou seja, do território com o qual esta cidade se relacionou ao longo dos séculos, tendo como fio condutor estruturante o rio Douro (Oliveira: 1931) (Oliveira: 1942).

Através da fotografia da contemporaneidade, mostra-se a expressão tectónica, territorial e social do sistema de Lugares durienses intersectados por traços de identidade muito fortes, diversos pelas suas múltiplas texturas e processos construtivos, cimentados pela acção do Tempo. Realizado a partir do estudo da imagem dessas aldeias e Lugares, a fase inicial deste projecto regista o retrato actual da invenção paisagística que é o vale do Douro, o qual, em perda degenerativa, urge ser catalogado visualmente, de forma a constituir uma base visual para o planeamento estratégico de gestão da política de organização do território construído e uma base iconográfica documental para a promoção da sua defesa.

O registo metódico e crítico da situação actual – sustentado na avaliação das singularidades e dos conjuntos, das rupturas e das permanências, das continuidades e dos espaços *entre* – complementa-se com a análise e a interpretação do manancial de fotografia de arquivo disponível (público e privado), possibilitando a compreensão do processo de formação e de desenvolvimento territorial.

A preponderância atribuída à análise da base cartográfica actual e, sobretudo, à sua sobreposição com a cartografia histórica, foi encarada como ponto de partida para a interpretação do território contemporâneo. O “Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro” (Forrester:1842) e “O Douro Português e Paiz Adjacente” (Forrester: 1848), desenhados pelo Barão de *Forrester* respectivamente na década de quarenta do século XIX, a Carta da Cidade do Porto de 1892, de Augusto Telles Ferreira (Ferreira: 1892), e o levantamento cartográfico do Exército, realizado entre os anos de 1928 e 1932 (Ministério da Defesa: 1928 - 1932), revelam-se instrumentos de trabalho de excepção, basilares para a estruturação do processo de investigação.

A recolha e o tratamento da documentação assentam em duas fontes complementares – de arquivo e de inquérito – e tiveram um papel fundamental nas já mencionadas produções artísticas intermédias. Estes registos acabam por interagir com o processo de trabalho, equivalendo-se no valor e determinância, dado o facto do trabalho de campo suscitar a pesquisa documental e o inverso também. O acto de fixação e alinhamento dos conteúdos de imagem permitiu a verificação dos factores da unidade e da diversidade, do todo e da parte, do geral e do detalhe. O *olho fino* fotográfico torna-se uma realidade pois o incremento e a relevância da componente de investigação o permitem, daí advindo que os actos artísticos e científicos intermédios no plano global da investigação foram sendo cada vez mais livres – reforçando a convicção de que, a diversidade do tipo e a profusão documental permitem uma maior capacidade de selecção e de escolha.

\*

O percurso entre os lugares considera, como afirmado, critérios próprios de análise e pesquisa prévia em sede de arquivo (CPF) (DouroAzul). Assim, a recolha e a interpretação de elementos cartográficos e iconográficos de matriz histórica e sociológica são importantes suportes da acção directa no terreno no plano da observação. Por outro lado, o olhar é comprometido à partida com o processo prévio de análise empírica do território e tem por base uma referência selectiva. Mas não se esgota nela: a apropriação *in situ* da realidade complementa o acto da fotografia documental e permite compreender algumas das lacunas existentes no campo da informação disponível. É um processo evidente de interacção intelectual entre os registos e a observação.

Mas é também um processo sujeito às contingências locais do espaço percorrido, no qual, a insistência na utilização dos caminhos entre os povoados resiste à tentação do percurso rápido por auto-estrada é determinante pois, valorizando o factor Tempo, consideram-no no modo de realização (Oliveira: 1993) (Bessa-Luís: 1992).

Ao caminhar no espaço *entre* e ao percorrer o espaço *dentro* desses núcleos dispersos na região duriense, o investigador vai acabando por incorporar informação muito dificilmente acessível de outro modo. A tradução desses factores qualitativos no processo de produção do documento visual, catálogo desses sítios visitados, enriquece a sua forma final e permite fornecer de informação de carácter mais fino a base do plano estratégico a desenvolver.

O percurso por este território, desde 2007, contribuiu para afirmar a consciência de uma larga coincidência de modos de fazer e uma continuidade espacial muito forte entre os povoados do vale do Douro, devedores de um processo de transformação maioritariamente protagonizado por autores anónimos. Esses percursos entre os lugares reproduzidos caminhando, permitiram ao investigador aperceber-se de parte substancial do que foi o processo de modificação desse território agreste e duro, especialmente quando sai dos *trilhos principais*, à medida que caminha para montante, em paralelo ao curso do rio.

Apesar dos fortes factores de unidade, a paisagem sofre um corte abrupto para além do Pinhão, transfigura-se e impõe a sua força indómita ao Homem. No entanto, apesar da alteração da paisagem natural, mais impositiva, a colonização territorial chegou até à zona da Raia, contornando o *aperto* do rio, levando mais longe as permanências e os modos semelhantes de fazer. Pela impossibilidade e pela pobreza de meios, respeitaram a força da montanha e expandiram a marca impressiva até aos cada vez mais dispersos lugares das terras de Espada-à-Cinta e de Castelo Rodrigo.

Atentando nesta questão pelo lado do edificado, a constância do uso sistemático dos mesmos materiais só é condicionada pelas características naturais dos sítios da

região, alternando entre a construção pobre de aparelho de granito ou de xisto, de aplicações de vidro e de ferro, do uso da policromia ou do reboco pintado. Embora os materiais sejam, na sua essência, os mesmos, a sua aplicação esteve sempre indexada à condição económica e social dos proprietários. Assim, apesar de o catálogo ser composto de semelhanças, a variação quantitativa dos materiais *mais ricos* faz variar circunstancialmente no território a relação formal e o efeito final consoante as proporções do seu uso. Para além disso, verifica-se também a correspondência temporal e tipológica entre os assentamentos e construções e os períodos históricos de maior abastança ou pobreza, verificando-se semelhanças na edificação, apesar do lugar de construção, fortemente relacionadas com períodos expansionistas e de fixação territorial e de afirmação de poder económico relativos às épocas de maior desenvolvimento dos proprietários e comerciantes locais.

Trata-se de um território misto, difuso de ruralidade e urbanidade, onde muito do património edificado foi construído pelos senhores do Capital português, muitos deles emigrantes de torna-viagem da transição entre séculos (XIX e XX), portugueses que constituíram fortuna no Brasil e que voltaram para investir no comércio da região, na Bolsa do Porto e na construção das suas terras. Esses capitalistas eram parte integrante e exponencialmente activa da burguesia endinheirada portuense que se reunia no “Palheiro” (assim Camilo Castelo Branco se referia à Associação Comercial) e no Porto foram construindo palacetes e prédios de rendimento e implantaram fábricas, muito à custa das gentes que foram buscar ao campo. Esta gente do Douro sempre fez do Porto a sua base operacional, exportando para a região duriense muitos traços de semelhança legíveis, impressivos na marca de unidade comum.

A leitura destes fenómenos no território contemporâneo circunscrito a este sistema de Lugares ainda hoje ilustra a ambivalência entre riqueza passada e a pobreza presente de forma notória.

### **3. Da proposta**

Os processos de desarticulação horizontal e vertical do território (Domingues: 2003) foram decorrendo em simultâneo independentemente da fixação definitiva das fronteiras políticas do Estado português.

A tentativa de afirmação do Estado-nação (Sobral: 2012), facto preponderante na política dos governos liberais pós 1834 – mais concretamente da política de colonização do território – demonstrou ter falhado e, nem o Estado Novo que lhes sucedeu em 1933 – apesar da retoma das políticas de ocupação do espaço através da implantação simbólica e funcional de todo um conjunto de equipamentos públicos representativos da afirmação ditatorial do estado autoritário (Domingues: 2003) – escolas, estações de

correio, tribunais, casas do povo, grêmios profissionais, juntas de freguesia, entre outros –, nem o regime democrático pós 25 de Abril de 1974, conseguiram inverter a situação.

Pelo contrário: no caso do regime salazarista (Rosas: 2012), estas zonas do chamado interior (rural e transmontano) apenas conseguiram ver adiado por mais alguns anos, o processo inevitável de desarticulação territorial latente. Apesar desses investimentos simbólicos, sobretudo de preponderância de dominação política e condicionamento ideológico, como não foram acompanhados de políticas de fixação territorial assentes na criação de emprego e no investimento no desenvolvimento económico dessa zona até à raia espanhola, rapidamente, com a migração e emigração das populações, enfrentaram a condição da desertificação e do abandono.

O equilíbrio regional nunca vingou. Portugal, como país pequeno de “distâncias grandes” tem vindo a assistir à depauperação de largas faixas do seu território geográfico, com especial incidência nas zonas mais próximas da fronteira com Espanha.

O processo de *asfixia* económica e social desse território tem vindo a acentuar-se desde o final do século XIX e, apesar da riqueza natural, as pessoas sempre foram pobres e sempre se viram obrigadas a sair (Gomes: 2013). Muitas vezes sem retorno.

A busca de qualidade de vida fora das suas terras (na impossibilidade de a construir nos lugares de nascimento) esvaziou definitivamente esses territórios (Gomes: 2013), limitando-se o Estado central, no tempo da contemporaneidade, a assistir ou a fomentar essa situação, incapaz e sem vontade de formular políticas e práticas alternativas de ocupação do território natural independentemente do factor densidade populacional – aparentemente parece pacífico a Lisboa todo este processo sendo a passividade a atitude normal.

É um círculo vicioso: as pessoas saem das povoações, deixa de haver capital político a explorar, retiram-se os serviços e abandona-se o território sem uma alternativa à sua ocupação e as pessoas já não têm por que voltar.

Esta forma menor de entender o território e o seu desenvolvimento vai *cavando fundo* no empobrecimento já não só das populações mas também da paisagem, abandonando-a definitivamente.

A região do vale do Douro – nela incluindo o Porto – contem um traço contínuo de semelhanças: o que acontece no Douro, acontece no Porto, embora a escalas diferentes.

Se observarmos o levantamento cartográfico do exército de 1928/1932 e as marcas dessa época que permanecem, verificamos quão verdadeira ainda é hoje a substancia de convenção gráfica que sinaliza em mapa os aglomerados urbanos, evidenciando o paradoxo do isolamento das cidades e das vilas da região,

subalternizando as aldeias e os lugares. Assim, na contemporaneidade, constatamos a desestruturação fortíssima dessa ténue rede sem vislumbre de alternativas de substituição capazes de fixar e explorar a riqueza do território, talvez, em potência, dos mais ricos de Portugal continental.

Essa característica de espaço indefinido, feito de diversidades, mas também de semelhanças, essa estrutura difusa de um território em contínuo da qual não se percebe bem nem o fim nem o princípio (Gomes: 2013), poderia servir de base idiossincrática para o planeamento e o desenvolvimento económico da região, rentabilizando as mais-valias da dispersão. Contudo, o resistente centralismo do Estado não possibilita qualquer alteração de paradigma sem que haja uma alteração profunda do quadro legal e da política pública nacional. Disso são exemplos o *empedernido* regime de propriedade privada (A.R.: 2005) – impossibilitador de inúmeras políticas de ordenamento do território –, o regime jurídico do solo português (P.C.M.: 1984) e a recente lei de reorganização do mapa administrativo das freguesias (A.R.: 2012) – que admite o esvaziamento do território e promove directa e indirectamente a desestruturação no plano dos equipamentos e das redes de serviços essenciais.

\*

O grande investimento na obra pública da última década do século XX – à custa dos fundos europeus de desenvolvimento regional – voltou a cometer o mesmo erro: criou estrutura e alguma infra-estrutura, mas desprezou a criação de emprego e as políticas de crescimento económico, defendendo a tese dos que achavam que apenas bastava construir, esquecendo o fomento e a fixação de capital e de riqueza.

Por outro lado, a constante desconsideração do processo histórico contribuiu para que se cometessem os mesmos erros dos anteriores processos de *regeneração* nacional, filhos do mito sebastianista (Serrão: 1983). E, inevitavelmente, regressou o esvaziamento e o abandono, irradiando populações para a condição de *litoralização da litoralização*, num processo de expurgo calculado.

Na consciência da urgência da inversão deste processo, torna-se necessário criar estratégias de ordenamento e desenvolvimento para o vale do Douro.

A elaboração de um Plano Estratégico inter-municipal de alcance regional no campo do desenho da paisagem construída, complementando o existente (P.C.M.: 2003), tendo por base a estrutura das redes naturais e artificiais como fundamento do ordenamento do território, constitui o objectivo final deste trabalho, assumindo como premissas a conjugação da rede hidrográfica da bacia do Douro português (Hidro-Eléctrica do Douro: 1961) com a rede orográfica do vale do Douro (Ministério da

Defesa: 1928 – 1932) e, especialmente, com a rede de lugares de assentamento do homem na região económica do “País Vinhateiro”.

### **Referências documentais:**

ANDRESEN, Teresa (2012) – *Apresentação do Estudo de avaliação do estado de conservação do Alto Douro Vinhateiro: 2001-2011*. Disponível em [http://www.ccdr-n.pt/fotos/editor2/emd/estudo conservacao \\_ adv.pdf](http://www.ccdr-n.pt/fotos/editor2/emd/estudo%20conservacao_adv.pdf). Peso da Régua: Museu do Douro. [consulta realizada em 24/10/2013].

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei constitucional nº 1/2005*. “D.R., Iª série A”.155 (2005-08-12), Páginas 4642 - 4686.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei nº 22/2012*. “D.R., Iª série A”.105 (2012-05-30), Páginas 2826 - 2836.

BESSA-LUÍS, Agustina (1991) – *O Vale Abraão*. Porto: Guimarães editores.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA - *Fundo Alberto Marçal Brandão*.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA - *Fundo Aurélio da Paz dos Reis*.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA - *Fundo Casa Alvão*.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA - *Fundo Emílio Biel*.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA - *Sub-Fundo Hugo da Paz dos Reis*.

DOMINGUES, Álvaro (2003) – *A Cidade-Providência*. «Sociologia», série I, volume 13. Porto: FLUP.

DOUROAZUL - *Espólio Fotográfico Português: Fundo Fotografia Beleza*.

ESTRUTURA DE MISSÃO DO DOURO (2013) - *Relato das Sessões de Divulgação do Relatório de Avaliação do Estado de Conservação do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial*. Disponível em [http://www.ccdr-n.pt/fotos/editor2/relato\\_sessoesdivlgac\\_a\\_o\\_releestadoconservacaoadv\\_maio2013.pdf](http://www.ccdr-n.pt/fotos/editor2/relato_sessoesdivlgac_a_o_releestadoconservacaoadv_maio2013.pdf). [consulta realizada em 24/10/2013].

FERREIRA, Augusto Telles (dir.) [Mapa] – *Carta da Cidade do Porto*. Porto: CMP, 1892.

FORRESTER, Joseph James (Barão de Forrester) [Mapa] – *Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro*. Porto: 1842.

FORRESTER, Joseph James (Barão de Forrester) [Mapa] - *O Douro Português e Paiz Adjacente*. Porto: 1848.

GOMES, Ricardo Miguel (2013) – *Entrevista a Álvaro Domingues*, «U.Porto Alumni, nº 18», páginas 32 - 38. Porto: Universidade do Porto.

HIDRO-ELÉCTRICA DO DOURO (1961) - *Rio Douro e Afluentes: Aproveitamentos Hidráulicos*. Porto: Hidro-eléctrica do Douro.

- ICOMOS (2001) - *Classificação do Alto Douro Vinhateiro* - Relato final da proposta de classificação. UNESCO.
- MESQUITA, Mário João (2009) [Exposição] – *A Cidade das Aldeias: Traços de ruralidade no Porto Contemporâneo - os Lugares na expansão da cidade pós-conclusão da Estrada de Circunvalação*. Porto: Centro Português de Fotografia.
- MESQUITA, Mário João (2011) [Exposição] – *Por Terras de Sol e de Dor: O sistema de lugares do Vale do Douro entre Freixo-de-Espada-à-Cinta e o Porto*. Porto: Centro Português de Fotografia.
- MESQUITA, Mário João (2013) – *Por Terras de Sol e de Dor – Permanências e continuidades espaciais do sistema de lugares do vale do Douro, na contemporaneidade*. Porto: Edição de autor [no prelo].
- MINISTÉRIO DA DEFESA - *Levantamento Cartográfico: 1928 – 1932*. Lisboa: Ministério da Defesa, Exército Português.
- OLIVEIRA, Manuel de (1931) – *Douro. Faina fluvial*. [Filme]. Lisboa: Lusomundo, (21 min.): p&b, sonoro.
- OLIVEIRA, Manuel de (1942) – *Aniki Bobó* [Filme]. Lisboa: Lusomundo, (68 min.): p&b, sonoro.
- OLIVEIRA, Manuel de (1993) – *O Vale Abraão*. [Filme]. Lisboa: Madragoa Filmes, DVD (187 min.): cores, sonoro.
- PINA, Maria Helena Mesquita (2007) – *O Alto Douro. Um espaço contrastante em mutação*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – *Alteração à Lei de Solos*. “D.R., I<sup>a</sup> série”.301 (1984-12-31), Páginas 3946 - 3960.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro*. “D.R., I<sup>a</sup> série B”.219 (2003-09-22), Páginas 6144 - 6159.
- POLANYI, Karl (2012 [1944]) – *A grande transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- PORTAS, Nuno (2007) – *A cidade como arquitectura*. 3<sup>a</sup> Edição com posfácio do autor. Lisboa: Livros Horizonte.
- ROSAS, Fernando (2012) – *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) (2006) – *Portugal não é um país pequeno: contar o império na pós colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia.
- SERRÃO, Joel (1983) – *Do Sebastianismo ao Socialismo*. Lisboa. Livros Horizonte.
- SOBRAL, José Manuel (2012) – *Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

WELLS, Liz (ed.) (2001) – *Photography: A Critical Introduction*. London: Routledge.